

# Introdução à Economia e à Macroeconomia

---

Material de apoio à aula do Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Coordenação: Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo

Equipe: Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Jefferson Lécio Leal

Vinicius Curti Cícero

Andréa Consolino Ximenes

Paulo Henrique Marinho Lopes

Jéssica Alves Vassaitis

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Universidade de São Paulo (FEA-USP)

Fevereiro de 2017

## Sumário

1. Apresentação .....	3
2. Conceitos.....	5
Balanço de pagamentos .....	5
Bens Públicos.....	5
Competitividade .....	5
Década Perdida .....	6
Demanda Agregada.....	6
Eficiência .....	7
Funções da moeda .....	7
IDH.....	8
Inflação.....	8
Milagre Econômico dos anos 70 .....	9
Oferta Agregada .....	9
PIB.....	9
PIB per capita .....	10
3. Bibliografia .....	11

## 1. Apresentação

---

Este material é parte integrante do projeto “A conjuntura Econômica no Tempo”, coordenado pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), que tem por objetivo criar um acervo de palestras sobre a conjuntura econômica brasileira para disponibilizar ao público interno e externo à USP por meio do portal da FEA. O projeto contou, no início, com o apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. As palestras foram ministradas no âmbito da disciplina EAE0113 - Introdução à Análise da Conjuntura Econômica, para os alunos ingressantes do Bacharelado em Ciências Econômicas da FEA-USP. A aula de Introdução à Economia e à Macroeconomia foi ministrada pela Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo, no dia 29 de fevereiro de 2016.

O presente documento visa complementar algumas informações da palestra a fim de tornar sua compreensão mais ampla e estender o alcance do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade externa, incluindo o público leigo, contribuindo para o fortalecimento da Extensão Universitária, que compõe, juntamente, com a Pesquisa e Ensino, o tripé da Universidade de São Paulo.

Optou-se por apresentar os conceitos desta apostila na forma de verbetes, em ordem alfabética, para que o leitor possa consultar diretamente as informações pelas quais tenha mais interesse.

Esperamos que o leitor considere a leitura agradável e produtiva e que esse material desperte interesse pelo estudo do cativante universo da Economia.

Bons Estudos!

### **Sobre a Profa. Dra. Denise Cavallini Cyrillo**

Economista formada pela Universidade de São Paulo (1973), mestre (1977) e doutora (1987) em economia pela mesma universidade. Atualmente é professora associada do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEAUSP), responsável pelo Projeto Integrado em Nutrição Humana Aplicada (PRINUTHA) e membro do Núcleo de Apoio a Pesquisa em Alimentos e Nutrição da USP (NAPAN). Acumula ainda a função de presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP.

## 2. Conceitos

---

### Balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos<sup>1</sup> é um conjunto de contas que resume as transações de um país com todos outros países do mundo, o que inclui não apenas os fluxos comerciais (exportações e importações), mas também os financeiros (empréstimos, investimento externo direto, remessas de lucros, dentre outros). Se um país importa mais do que exporta e não recebe capitais estrangeiros, ele terá um saldo negativo (déficit) no balanço de pagamentos. No caso contrário, terá superávit.

### Bens Públicos

Os bens públicos<sup>2</sup> têm duas características principais, a não rivalidade e a não exclusão. Ser “não rival” implica que o consumo por um indivíduo não impede nem reduz a disponibilidade para outros. Ser “não excludente”, por sua vez, significa não ser possível excluir consumidores do uso do bem, ou seja, não é possível excluir um consumidor que não tenha pagado para usufruir o bem ou serviço. Um bom exemplo de bem público é a iluminação das ruas: não é possível selecionar quem será beneficiado pela instalação dos postes em uma via, assim como o fato de uma pessoa utilizar as vias iluminadas não impede que outras o façam. É importante notar que, para a microeconomia, o conceito de bens públicos é diferente do utilizado cotidianamente (bens fornecidos pelo estado), de modo que é possível que o setor público ofereça um bem que não obedece aos princípios da não rivalidade e da não exclusão, como, por exemplo, os serviços educacionais.

### Competitividade

Competitividade é uma condição que leva uma empresa a ser bem-sucedida na concorrência com rivais<sup>3</sup>. Analogamente, um país competitivo é aquele cujos produtores conseguem ser bem-sucedidos no mercado internacional, competindo em condições igualitárias ou mesmo vantajosas com os produtores do exterior.

---

<sup>1</sup> BLANCHARD, 2011, p. 346.

<sup>2</sup> VARIAN, 2006, p. 720

<sup>3</sup> MARIOTTO, 1991, p.38.

Alguns fatores podem tornar um país pouco competitivo como más condições de infraestrutura, baixa capacidade técnica, elevada carga tributária, estrutura burocrática complexa, dentre outros problemas que encarecem sua produção e o faz perder participação no mercado internacional<sup>4</sup>.

### Década Perdida

A década de 1980, marcada pela abertura política e pelo fim do regime militar, ficou conhecida como década perdida<sup>5</sup> em razão dos resultados ruins da economia brasileira. Entre os anos de 1980 e 1990, a taxa média de crescimento do PIB foi de 1,5% ao ano, valor tímido se comparado aos valores da década anterior, em que foram verificadas taxas de até 14% (ver *milagre econômico dos anos 70*). Além disso, a década de 80 foi marcada pelo avanço da taxa de inflação – que atingiu 1.782,9% em 1989 – e por dificuldades no setor externo.

No início dos anos 80, momento em que o endividamento brasileiro no exterior era elevado e crescente, as altas das taxas de juros e do preço do petróleo se apresentaram como as grandes dificuldades da economia. No cenário interno, a desaceleração do crescimento provocou uma queda na arrecadação tributária, o que piorou a situação fiscal do governo. O desequilíbrio externo somado aos déficits do setor público gerou uma pressão inflacionária que, em um momento de maior liberdade sindical e indexação da economia, resultou em fortes aumentos dos níveis de preços nos anos seguintes.

O ajuste promovido pelo governo brasileiro teve caráter recessivo, o que gerou superávit no balanço de pagamentos (em razão da queda das importações), porém, o endividamento interno aumentou consideravelmente, já que o governo recorreu à emissão de títulos da dívida para se financiar. Em razão da difícil situação fiscal, o aumento da dívida interna resultou, na prática, em maiores juros para o setor público, o que deteriorou ainda mais as contas públicas e contribuiu para a aceleração das taxas de inflação.

### Demanda Agregada

Demanda Agregada<sup>6</sup> é a demanda total por bens e serviços de uma economia, dado o nível geral de preços, em um período de tempo. Os gastos do governo, por exemplo, representam a demanda do governo por bens e serviços produzidos na economia. As famílias demandam

---

<sup>4</sup> SILVA, 2000, p.7.

<sup>5</sup> VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 266 – 272

<sup>6</sup> PAULANI; BRAGA. 2007, p. 62

bens e serviços para atender suas necessidades (consumo), ao passo que as empresas demandam bens de capital para ampliar sua capacidade de produção no futuro (investimentos) e o resto do mundo demanda bens e serviços produzidos internamente (exportações). Por outro lado, as importações de um país reduzem a demanda agregada, pois o que é comprado de fora não é demandado da produção nacional. A soma de todas as demandas da economia é a chamada demanda agregada, que é composta, portanto, por quatro elementos: o consumo, o investimento, o gasto do governo e o saldo da balança comercial, isto é, o total de exportações menos o total de importações.

### Eficiência

O conceito de eficiência<sup>7</sup>, também chamado de eficiência de Pareto, diz respeito à alocação dos recursos sem desperdícios. A alocação eficiente de Pareto ocorre quando é impossível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a situação de algum outro. Analogamente, diz-se que uma alocação é ineficiente no sentido de Pareto quando é possível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a dos demais, de modo que não fazê-lo representa uma perda, já que seria possível estar em uma situação melhor para alguém sem que isso acarretasse piora para os outros. É preciso ressaltar que uma alocação eficiente no sentido de Pareto não necessariamente será socialmente desejável, pois esse conceito não leva em conta considerações distributivas. Por exemplo, uma economia em que toda a renda esteja concentrada nas mãos de um único indivíduo poderá ser eficiente se, para melhorar a situação de alguém que não tenha nada, for preciso piorar a situação do indivíduo que concentra a totalidade dos recursos. Dessa forma, a desigualdade social inerente à situação não tem implicações sobre a eficiência.

### Funções da moeda

A moeda tem três funções<sup>8</sup> básicas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Quando se fala da moeda como meio de troca trata-se apenas de sua função como elemento que viabiliza as trocas. Em uma economia em que não existisse moeda, as trocas ocorreriam somente em caso de coincidência de interesses, isto é, um indivíduo A só poderia trocar bens com um indivíduo B se um tivesse interesse pela oferta do outro. Se, por exemplo, o indivíduo A se interessasse pelo bem oferecido por B, mas B não se interessasse pela oferta de A, a

---

<sup>7</sup> VARIAN, 2006, p. 15

<sup>8</sup> PAULANI; BRAGA, 2007, p. 184 – 188.

troca não ocorreria. A existência da moeda como um objeto de interesse comum aumenta as possibilidades de comércio, já que a coincidência de interesses deixa de ser pré-requisito para a troca.

A função unidade de conta também é de grande importância para a ocorrência de trocas. Em uma economia sem moeda, o valor de uma mercadoria teria de ser dado em função das demais. Para se ter uma ideia de tal complexidade, imagine uma economia com dez bens. Cada um deles teria de ter nove preços. Além disso, a introdução de um bem adicional implicaria a introdução de um preço adicional para cada um dos bens já existentes. Assim sendo, seria praticamente impossível administrar uma economia com milhares de bens sem a existência da moeda. A moeda como unidade de conta permite que todos os bens tenham seus valores definidos em uma mesma unidade, o que elimina a necessidade de haver milhares de preços para cada bem existente.

Por conta das funções meio de troca e unidade de conta, um indivíduo não precisa trocar um bem por outro imediatamente, já que pode vender um bem por uma quantidade de moeda e guardar essa quantidade para trocar por bens no futuro. Nesse caso, a moeda desempenha também a função de reserva de valor, permitindo

### IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>9</sup> foi concebido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990 para avaliar o grau de desenvolvimento dos países sem se ater exclusivamente ao aspecto econômico. A necessidade de avaliar o desenvolvimento por outras medidas que não o PIB surgiu quando se tornou consensual a ideia de que as variáveis econômicas não eram suficientes para descrever o progresso humano, fato que vem sendo discutido desde a década de 1950. O IDH se baseia em três componentes do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda.

### Inflação

A inflação<sup>10</sup> é o aumento persistente e generalizado dos preços da economia. A taxa de inflação é o aumento percentual do nível geral de preços. Se, por exemplo, a taxa de inflação for de 10% ao ano, uma pessoa que gaste R\$100,00 em uma compra gastará aproximadamente R\$110,00 caso faça a mesma compra no ano seguinte.

---

<sup>9</sup> SCARPIN; SLOMSKI, 2007

<sup>10</sup> MANKIW, 2001, p. 13.



## Milagre Econômico dos anos 70

O período entre 1968 e 1973, conhecido como Milagre Econômico<sup>11</sup>, dos foi marcado pelas maiores taxas de crescimento do PIB da história brasileira recente, cuja média superou os 10% ao ano com relativa estabilidade dos preços. Analisando as taxas de crescimento por setor, percebe-se que a expansão mais expressiva se deu na indústria e nos serviços, ficando a agricultura com taxas menos robustas. O crescimento “milagroso” foi possível em decorrência de uma série de reformas institucionais e de uma recessão no período anterior que permitiu a existência de uma grande capacidade ociosa para a retomada do crescimento. O grande crescimento econômico da época elevou a demanda por importações, mas também foi acompanhado de um aumento das exportações, o que garantiu uma balança comercial equilibrada. A grande entrada de capitais estrangeiros permitiu uma forte acumulação de reservas, o que colocou o país em uma situação cambial bastante tranquila.

Apesar do grande crescimento da renda para toda a população, o milagre brasileiro resultou em maior desigualdade. Uma explicação para isso estaria no fato de o crescimento econômico ter demandado maior mão de obra qualificada e, uma vez que esta era escassa, esses trabalhadores passaram a receber salários maiores, o que não ocorreu à mão de obra menos qualificada e abundante.

## Oferta Agregada

A oferta agregada<sup>12</sup> indica a produção total de bens e serviços pelas empresas de um país, dado um nível de preços. A oferta agregada se altera em função de questões estruturais para a economia, como, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico.

## PIB

O Produto Interno Bruto (PIB)<sup>13</sup> é o valor total da produção de bens e serviços finais de um país em determinado período de tempo. Por bens e serviços finais entende-se aquilo que não será destruído para a produção de outros bens e serviços (como os insumos). Essa distinção é importante para evitar a dupla contagem, isto é, para que o valor dos insumos não entre

---

<sup>11</sup> VASCONCELLOS; TONETO; GREMAUD, 1999, p. 252 – 260

<sup>12</sup> STOCKMAN, 1996, p. 727 – 727

<sup>13</sup> SIMONSEN; CYSNE, 2007, p. 146 – 149

duas vezes no cômputo do PIB, uma vez como valor produzido do próprio setor do insumo e outra no valor do bem final, já que o valor do insumo também estará embutido neste.

O PIB pode ser calculado segundo três óticas:

- A ótica do produto considera o valor adicionado à produção por cada setor da economia. Nesse caso, o PIB equivale à soma dos valores adicionados.
- A ótica da despesa busca computar o PIB por meio dos gastos dos agentes econômicos. Nesse caso, o PIB equivale à soma da demanda de consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas.
- A ótica da renda considera a remuneração dos fatores de produção, ou seja, os salários, os aluguéis e os lucros. Nesse caso, o PIB equivale à soma dessas remunerações.

### PIB per capita

O PIB per capita<sup>14</sup> representa a divisão do valor do PIB de um país pelo total de seus habitantes.

---

<sup>14</sup> VALOR ECONÔMICO, 2016

### 3. Bibliografia

---

- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- CYRILLO, D. C. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [São Paulo], 02 out. 2016. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780813U9>>. Acesso em: 09 nov. 2016
- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Macroeconomics**. 4. ed. New York: Worth Publishers, 1999
- MARIOTTO, F.L. O conceito de competitividade da empresa: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 37-52, abr./jun. 1991
- PAULANI, L.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007
- PIB per capita cai 4,6% em 2015. **Valor Econômico**. São Paulo, 03 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4464464/pib-capita-cai-46-em-2015>>. Acesso em: 06 jul. 2016
- SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento para a controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, P. 909-933, set./out. 2007
- SILVA, R. R. T. da et al. Infraestrutura e facilidades logísticas como estratégias de vantagem competitiva no processo de desenvolvimento sustentável: o caso da cidade de Uberlândia-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 20., 2000. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2000.
- SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- STOCKMAN, A. C. **Introduction to Economics**. 2. ed. Orlando, Flórida: Dryden Press, 1996.
- VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006
- VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999

# A CONJUNTURA ECONÔMICA NO TEMPO

Projeto Fomento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Reitor

**Prof. Dr. MARCO ANTONIO ZAGO**

Pró-Reitor de Cultura e Extensão

**Prof. Dr. MARCELO DE ANDRADE ROMÉRIO**

Diretor da FEA

**Prof. Dr. ADALBERTO FISCHMANN**

Comissão de Cultura e Extensão da FEAUSP

**Profa. Dra. DENISE CAVALINNI CYRILLO – Presidente**

**Prof. Dr. GILMAR MASIERO – Vice-Presidente**

Chefe do Departamento de Economia da FEAUSP

**Prof. Dr. HELIO NOGUEIRA DA CRUZ**

## **Equipe do Projeto**

Beatriz Del Fiol

Giovanni Victor Sztokbant Paz

Jefferson Lécio Leal

Vinicius Curti Cícero

Andréa Consolino Ximenes – Design Instrucional e Finalização

Paulo Henrique Marinho Lopes – Finalização

Jéssica Alves Vassaitis – Revisão e Finalização

Eduardo Custódio - Gravação

Noel Ribeiro – Gravação

